



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

www.protocolo.pi.gov.br
AP.010.1.006356/17
Senha: 9453B52

AL-P-(SGM) Nº 333

Teresina (PI), 26 de junho de 2017.

Senhor Governador,

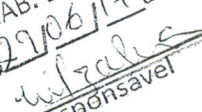
Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria do **Deputado Rubem Martins** que:

“Cria a Rede de Atenção à Cardiopatia Congênita / Vaga Zero do Estado do Piauí, e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

APOIO DO GAB. DO GOVERNADOR
RECEBI em 29/06/17 às ____:____h

Responsável



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 04 DE DE

DE 2017

Cria a Rede de Atenção à Cardiopatia Congênita/ Vaga Zero do Estado do Piauí, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no âmbito estadual, a Rede de Atenção à Cardiopatia/ Vaga ZERO, como instrumento de agilização para o atendimento especializado em cardiologia, incluindo o teste do “coraçãozinho”, para detectar a doença.

Art. 2º A Rede de Atenção à Cardiopatia Congênita/ Vaga ZERO do Estado do Piauí tem como objetivo principal, oportunizar tratamento aos pacientes com cardiopatia congênita em seus municípios ou na impossibilidade, a regionalização, permitindo a gestante a possibilidade do diagnóstico precoce e buscar o devido encaminhamento do caso.

Parágrafo único. Para a execução da Rede de Atenção à Cardiopatia Congênita/ Vaga ZERO, o Poder Público poderá conveniar com Organizações Não-Governamentais e/ou demais instituições de saúde devidamente habilitadas, mediante avaliação da Secretaria de Estado de Saúde/SESAPI.

Art. 3º Compete ao Município de origem do paciente, dentre outras, custear e disponibilizar as despesas referentes ao suporte terapêutico cardiológico, transporte e outras demandas necessárias para o devido atendimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 06 de junho de 2017.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **FLORA IZABEL**
1º Secretário

Dep. **RUBEM MARTINS**
2º Secretário

